

TRÊS QUARTOS DE SÉCULO E SOBERANIA NACIONAL: O PAPEL DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS

O dia 13 de agosto de 2026 marca as celebrações de aniversário de 75 anos da regulamentação da profissão de economista no Brasil, agente social portador de habilidades especiais empregadas decisivamente na construção do processo de desenvolvimento da nação.

Porém, esse honroso papel, encenado e interpretado em uma jornada de $\frac{3}{4}$ de século, não consegue apagar, ou ao menos encobrir, a observância enviesada das atribuições estipuladas para a classe, em não poucos momentos históricos, por profissionais envolvidos em projetos de poder elitistas, que carregavam como finalidade, aberta ou velada, a agudização do conflito distributivo no país, em notável auxílio aos componentes do topo da pirâmide social, o que oportunizou o alargamento da disparidade na divisão do bolo.

De qualquer maneira, as costumeiras comemorações coincidem com uma fase sem precedentes na política nacional, caracterizada pela deflagração de um ciclo eleitoral dominado pelo movimento inercial de polarização radical, gestado no curso da invasão das ruas, em 2013, e nascido na caminhada rumo ao pleito de 2018.

Esse desenho ideológico traduz menos comportamentos de adesão e mais batalhas de ataques e rejeições, em contexto de equalização dos desgastes, como os escândalos dos descontos indevidos nas aposentadorias do INSS e a mega fraude financeira ditada e propiciada pelo Banco Master.

São emoções frontalmente contrárias e reciprocamente abastecidas, em modo de atualização dos eventos do Mensalão, Petrolão, pastas com polpudas quantias de dinheiro e intentonas golpistas, que vem transformando as investigações da Polícia Federal (PF) em munições aos rivais.

A teia da radicalização dos dois grupos em batalha serve para manter em condição de perene apatia aqueles eleitores independentes e/ou moderados e sufocar o surgimento, largada e consolidação de opções localizadas no centro-democrático do espectro político, detentoras de ideias e proposições distantes dos extremos, o que

transmite a impressão de prisão dos eleitores às seitas e fascínio por lideranças menos emporcalhadas.

Paradoxalmente, nas circunstâncias presentes, apesar de extremamente relevante, o clima econômico não deverá assumir a condição de protagonista ou determinante exclusivo no sucesso ou malogro do empreendimento do candidato à reeleição, centrado na intensificação das iniciativas de proteção social brotadas da matriz populista, cobertas por pronunciada expansão fiscal.

As flutuações da conjuntura econômica também não deverão afetar sobremaneira o desempenho do personagem motriz da oposição, vendido como “plataforma de protesto”, segundo afirmação feita próprio candidato, ao vivo e a cores, no programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes, ocorrido na noite de 02 de agosto de 2026, amparada no regresso do “liberalismo de quermesse”, que, por sinal, deu errado, por incontáveis motivos, sob a batuta do ministro Paulo Guedes, entre 2019 e 2022.

De fato, a despeito das forças externas negativas, produzidas pelo regresso magnificado do protecionismo comercial e das ofensivas bélicas - sob os auspícios do presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, ancorados em objetivos desesperados de fulminante recuperação da hegemonia econômica e geopolítica americana, perdida nas últimas três décadas, notadamente para a exuberância do gigante chinês -, a trajetória das variáveis econômicas domésticas vem se mostrando positivas.

Mais especificamente, o produto interno bruto (PIB) deve experimentar crescimento de 2,5% no corrente ano, superior aos 2,3%, registrados em 2025, e inferior à média de 3,2% ao ano, contabilizada no intervalo compreendido entre 2022 e 2024, assentado em sucessivos recordes nos níveis de emprego e renda e no refluxo da inflação, mesmo com os juros fora da curva, por qualquer critério técnico, praticados por essas paragens.

Só a título de ilustração, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), do IBGE, foi de 4,44% em doze meses até julho de 2026, inferior ao teto de

4,50% da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), contra 5,23% no mesmo intervalo de 2025.

No entanto, trata-se de uma vitalidade econômica demasiadamente dependente das oscilações da demanda e das cotações globais das commodities e dos desdobramentos multiplicadores do alargamento das iniciativas oficiais de transferência de renda.

Ressalte-se que as benesses assistenciais esbarram no caráter concorrencial e, sobretudo, finito dos recursos deliberados e alocados nas diferentes rubricas da peça orçamentária pública, por um legislativo faminto pela eternização da renovação de mandatos.

Por essa ótica de observação, não é complicado perceber que o exagerado peso negativo atribuído à desarrumação das finanças e à escalada da dívida pública poderá ser perfeitamente minimizado ou neutralizado, em um novo tempo de governo, escorado no estabelecimento de vontades, compromissos e ações políticas.

É claro que serão inevitáveis providências direcionadas à restauração da capacidade operacional da máquina pública, por meio de entendimentos e negociações de expedientes não tão contemporâneos de gestão, contratados por ocasião da campanha eleitoral e celebrados em sintonia fina entre executivo e parlamento.

Dentre eles destacam-se o encaminhamento e aprovação de reformas institucionais, notadamente a administrativa, patrimonial, fiscal – dado que o aprimoramento civilizatório representado pela flexibilização da cobrança de impostos de incidência indireta, deliberado em 2023, entrará em vigor gradativamente a partir de 2027 e carecerá da fundação de um novo federalismo –, e a financeira (com capacidade de diminuir drasticamente a concentração bancária).

Em idêntica direção, caberia o exame da desvinculação dos benefícios previdenciários da linha do salário mínimo e da redefinição dos subsídios, conhecidos como dispêndios tributários ou renúncia de arrecadação decorrente da diminuição da carga de impostos para diversas frações de segmentos empresariais e familiares “merecedores” de tratamento diferenciado.

Também soa imperativo a criteriosa revisão de algumas importantes amarras constitucionais e do vultoso montante de haveres públicos endereçados à burocracia partidária, ao financiamento das campanhas eleitorais e às emendas individuais, verdadeiros “prêmios de loteria” recebidos por integrantes da confraria de senadores e deputados da casa de negócios.

O mais gritante é que as vantagens exprimidas nas emendas são desafiadoras de regras de transparência e rastreabilidade e, o que é pior, despejadas em currais eleitorais sem o mínimo laço com as prioridades fixadas nas diretrizes, programas e políticas públicas, em uma versão atualizada do velho patrimonialismo oligárquico, notabilizado pelo sequestro do estado por um conjunto seleto de “navegadores sobre rios de águas sujas”, de posse de equipamentos de vanguarda para a limpeza dos cofres públicos.

Em sendo essas tarefas feitas, será factível não apenas a concretização do equilíbrio macroeconômico em médio prazo, mas a viabilização financeira do resgate dos ganhos de eficiência da microeconomia, intimamente atrelada ao empuxe de significativos montantes de inversões.

Os passos mais assinaláveis repousam na ampliação, modernização e diversificação da infraestrutura, com ênfase para a transição energética rumo à zeragem das emissões de carbono, e no privilegiamento das incursões em educação, ciência e tecnologia, itens aderentes ao paradigma da quarta revolução industrial em âmbito global, tocada por processos digitais e inteligência artificial.

Mais do que isso, a implementação entrelaçada das agendas de reforma do estado – que minimizem ou desmanche das chances de funcionamento orgânico dos canais de corrupção e de efetivação de fraudes bilionárias com as cifras públicas - e produtividade afigura-se como inescapável.

Isso porque, apenas os insensíveis e/ou insensatos não conseguem notar os pronunciados ajustes requeridos pelos efeitos do fim do bônus demográfico, principalmente para nações de renda média que não se anteciparam à lógica do adensamento da expectativa de vida e da diminuição da fecundidade.

Mesmo com o acesso a uma pauta de problemas, desafios e soluções quase que consensual, ainda persistem postulações eleitorais absolutamente negacionistas em inúmeras frentes, principalmente quanto aos imperativos de transferência de parcela expressiva das companhias estatais, cronicamente deficitárias, à iniciativa privada, à drástica diminuição do desmatamento, ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), autêntico exemplo para o mundo em atuação capilarizada, dentre outras barbaridades.

No que se refere às empresas públicas controladas pela União, a contínua permuta de gestões eminentemente profissionais pela mesquinhez e imediatismo do aparelhamento partidário dos postos de comando, tornou rotina a operação abaixo do ponto de equilíbrio, o que resultou no sacrifício do selo de qualidade conferido pela população, tendo os Correios como retrato emblemático e patético.

Por absurdo, algumas candidaturas das oposições (Flávio e Caiado) possui como carro-chefe a anulação da reforma tributária, bandeira levantada por décadas pelo setor produtivo que, se efetuadas adequações estruturais ao longo dos dez anos de passagem do regime antigo para o novo, deverá favorecer a conformação de um ambiente virtuoso de negócios.

Contudo, é interessante reconhecer que a perseguição da sincronia dos ingredientes do “equilíbrio instável” - conceito que a categoria de economistas emprestou da física e adotou com competência para a compreensão, elucidação e intervenção na articulação dos fenômenos da produção, distribuição, geração de renda, investimentos, exportações, etc. -, não deverá ocupar lugar predominante no cenário eleitoral de 2026.

Desta feita, os aspectos eminentemente econômicos e sociais deverão ser suplantados por olhares e apreciações de variáveis pertencentes às combinações políticas e institucionais, com proeminência da defesa da soberania e democracia nacional.

Recorde-se que a democracia foi reconquistada de maneira não traumática, em 1985, fruto de uma aliança conservadora entre as alas moderadas das oposições e

progressistas do regime de arbítrio, e aprofundada com a edição dos princípios - universais, perenes, irrefutáveis e inegociáveis - da Carta Magna de 1988.

Nessa perspectiva, urge enxergar a existência de uma conspiração contra a democracia e a favor da supressão de liberdades no mundo, capitaneada e disseminada pela autocracia de plantão de Donald Trump, que corre o sério risco de perder o controle da Câmara dos Deputados e do Senado, na contenda eleitoral de meio de mandato, que acontecerá em novembro deste ano.

É fácil constatar que, desde fevereiro de 2025, a equipe de Trump vem sistematicamente castigando segmentos produtivos brasileiros, usando chantagens institucionais, como a revogação do visto da embaixadora do Brasil, em Washington, e sanções comerciais sem qualquer justificativa técnica consistente ou convincente, particularmente amparada em informações erradas de ocorrência de corrente de comércio deficitária como o Brasil, em prejuízo dos EUA.

As incursões golpistas de Trump, que configuram mecanismos de alavancagem política de seus aliados ideológicos, no afã de interferência no sentimento da opinião pública, em um momento de proximidade do encontro marcado para o pleito presidencial, se reproduzem instantaneamente no cenário brasileiro, com o retorno da divulgação de inverdades requentadas sobre as urnas eletrônicas, considerado um patrimônio nacional.

Com palavras e atos, o incumbente americano e seu fiel escudeiro argentino promoveram uma espécie de invasão da campanha presidencial brasileira, assumindo sem constrangimentos a função de cabos eleitorais de requinte do principal pretendente das oposições.

Aliás, a ofensiva do chefe americano tenciona a repetição, em dose ampliada em razão da envergadura política e econômica do Brasil, do enredo flagrantemente intervencionista empregado em outras nações da América do Sul, como Argentina, Venezuela, Peru e Colômbia, com a inescrupulosa intenção de retomada e/ou preservação do quintal, que vem sendo crescentemente ocupado com transações

comerciais e erguimento de plantas industriais e parcerias em projetos de infraestrutura pela China, desde os anos 1990.

Por tudo isso, enquanto profissionais de ciências humanas de extraordinária formação histórica, política e social, os economistas, dotados de “olhos de águia” ou esquadrinhadores do futuro – a exceção dos “cabeças de planilhas”, alheios ao cotidiano social e empenhados na pronta otimização da rentabilidade financeira dos negócios - exercem um papel crucial na participação direta ou indireta em entregas de esclarecimentos plurais à população.

Isso é crucial se for levado em conta a premência de convencimento da supremacia da reflexão em relação as guerras verbais, em sua maior parcela primitivas e rasteiras, acontecidas preponderantemente nas redes sociais (blogs, podcasts e tele mensagens), originadas primariamente de preferencias editoriais.

Nem sempre isentas, as resoluções costumam brotar do núcleo dos mais poderosos veículos de comunicação, que, em regimes democráticos, são equipados do poder de mando acerca do que deve ser noticiado e repercutido e ocultado, ou mesmo silenciado, do “respeitável público”.

Em outros termos, cabe ao profissional de economia, por um lado, decifrar e manifestar para a sociedade assuntos pertinentes à montagem e solidificação de requisitos imprescindíveis à reversão das ameaças de retrocessos institucionais e sociais, como o elevado endividamento público e privado, a diminuta produtividade, dentre várias debilidades.

Tal ator também deverá, sem o incentivo ao uso de motosserras ou tesouras, mirar a multiplicação dos trunfos de modernização, inclusão, mobilidade e redução da disparidade social no Brasil, plantados com a desinflação acoplada ao Plano Real, em 1994, e maximizados com o erguimento subsequente da retaguarda voltada à diminuição da pobreza e erradicação da miséria e a valorização do salário mínimo, demarcada pela Constituição de 1988.

Aos desavisados da natureza dramática dos imbróglis sociais basta alertar que, de acordo com o Atlas da Mobilidade Social, elaborado pelo Instituto Mobilidade e

Desenvolvimento Social (IMDS), apenas 1,6% dos que nascem no grupo dos mais pobres logram êxito na obtenção de diploma de formação superior no país.